

MUDANÇAS SOCIAIS E MUDANÇAS FAMILIARES

Giancarlo Petrini*

RESUMO: *O artigo analisa o processo de racionalização como vetor que caracteriza a sociedade moderna. Em seguida, analisa a crise da razão iluminista, que se torna instrumento do poder, de acordo com a Escola de Frankfurt. Uma consequência desses processos é a banalização da existência, segundo a aceção de Arendt. São estudadas as mudanças que se verificam na família, com a crise da família patriarcal, focalizando a ruptura do entrelaçamento entre amor, sexualidade e procriação, a relação nupcial e a relação ocasional.*

Palavras-chave: Mudança social; racionalização; niilismo; relação nupcial, relação ocasional.

INTRODUÇÃO

A sociedade moderna caracteriza-se por mudanças de grande porte nos campos da economia, da política e da cultura, com repercussões significativas em todos os aspectos da existência pessoal e social. Estas mudanças assumem um ritmo particularmente acelerado no Brasil depois da Segunda Guerra mundial, criando um novo cenário sócio-cultural, especialmente nos maiores centros urbanos. Trata-se de mudanças profundas e permanentes, que dizem respeito à atividade produtiva e à organização do trabalho, aos processos educativos e de comunicação, até a socialização das novas gerações, ao universo de valores e critérios que orientam a conduta no cotidiano.

Essas mudanças, concentradas e aceleradas, repercutem significativamente na vida familiar, a começar da concepção de masculinidade e feminilidade, na forma de compreender a sexualidade e a relação entre os sexos, na maternidade e na paternidade, na relação entre as gerações, principalmente no tocante à atividade educativa e de socialização das novas gerações.

O presente estudo visa aprofundar o conhecimento de alguns aspectos da mudança social e cultural que caracterizam a sociedade moderna, considerados relevantes pelas repercussões que produzem no conjunto da sociedade brasileira e, particularmente, nas relações familiares, com o objetivo de identificar os vetores mais significativos dessas mudanças, para compreender suas origens, as dinâmicas de desenvolvimento, as consequências e implicações em diversos aspectos da existência, de forma a ampliar o espaço da liberdade com a qual os cidadãos podem orientar suas escolhas e formar seus juízos, agindo como sujeitos da própria história, a partir de uma consciência informada, reduzindo a percepção de confusão e de turbilhão (BERMAN, 1988) que ameaça arrastá-los.

O PROCESSO DE RACIONALIZAÇÃO

O fenômeno que mais profundamente identifica a modernidade é o processo de racionalização, vislumbrado por Descartes, promovido pelo Iluminismo e consolidado durante o

* Doutor em Ciências Sociais, Coordenador do Mestrado Família NA Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador – UCSal. E.mail : jcpetrini@terra.com.br

século seguinte, o século de Comte e de Marx, mas também o século de grandes descobertas científicas e realizações tecnológicas. Basta pensar na abertura do Canal de Suez e na construção da Torre Eiffel, como símbolos de uma época que apostava tudo no poder da racionalidade, aplicada à solução de problemas práticos e técnicos, para melhorar as condições materiais da existência. Durante séculos, a racionalidade tinha permanecido como monopólio de filósofos e teólogos que procuravam responder às grandes questões relativas à origem e ao destino último, bem como à arte de bem viver (a ética) e de bem governar (a política), enquanto a atividade produtiva e as outras esferas das atividades práticas permaneciam quase sem mudança, até o momento em que, depois de Leonardo, Galileu, Descartes, Newton, para citar somente os mais ilustres cientistas, foram descobertas conexões entre os mecanismos da racionalidade de tipo matemático e o comportamento da natureza. A razão, que tinha sido exaltada, durante a revolução francesa, como a divindade capaz de inaugurar novos tempos, passou a ser sistematicamente aplicada com um fervor quase religioso aos diversos aspectos da realidade.

Quando a máquina a vapor realizou o primeiro movimento mecânico que revolucionaria o modo de organizar a produção industrial, com a estruturação da empresa capitalista, pareceu que uma nova era estava despontando, semelhante à que fora inaugurada por Prometeu ao roubar o fogo aos deuses, entregando-o aos homens, dando início, assim, ao processo civilizatório. Não faltaram, depois disso, empreendimentos científicos e técnicos de grande envergadura, que faziam pensar a história como habitada por gigantes, que seriam capazes de trazer felicidade e paz sobre a terra.

De fato, nas suas conotações mais positivas, a sociedade moderna aparece como uma formação social que multiplica sua capacidade produtiva, pelo aproveitamento mais eficaz dos recursos humanos e materiais, graças ao desenvolvimento técnico e científico, de modo que as necessidades humanas possam ser respondidas da forma mais satisfatória possível e ao uso mais rigoroso e sistemático da racionalidade. Problemas que antes pareciam insolúveis são resolvidos, enquanto são criados artefatos que proporcionam benefícios antes impensáveis. Além disso, a modernidade caracteriza-se pela forma participativa das tomadas de decisão na vida social, valorizando o método democrático e a liberdade de expressão e de agregação. O objetivo da sociedade é oferecer uma condição digna de vida, na qual cada um possa realizar as diversas dimensões de sua personalidade, abandonando as restrições impostas pela menoridade, as constrictões de autoridade externas e ingressando na plenitude expressiva da própria subjetividade. Nesse sentido, a sociedade moderna acolhe e valoriza um pluralismo religioso, ético e cultural, é a sociedade da liberdade individual tanto quanto da racionalidade e da tecnologia.

Max Weber reconheceu o processo de racionalização como o fenômeno mais significativo da sociedade moderna, processo que foi absorvendo todas as esferas do agir humano, passando a ter uma particular relevância na estruturação da empresa capitalista e na organização da moderna burocracia estatal (WEBER, 1980). Weber, apesar da admiração pela capacidade da razão de calcular e de mover-se para realizar fins determinados, alertava a respeito da *jaula de aço* que essa nova etapa histórica estava preparando para o ser humano. (WEBER, 1965, p. 305-306)¹ Apesar de todo o cuidado que Weber tem para manter-se distante de juízos de valor e de fé, não resiste à tentação de manifestar, com tons proféticos, o seu julgamento: “Então, de qualquer forma, para os últimos homens desta evolução da civilização poderá ser verdadeira a

¹ Especialmente interessante é a seguinte passagem: “A ascese [...] cooperou pela sua parte à construção daquele potente ordenamento econômico moderno, ligado aos pressupostos técnicos e econômicos da produção mecânica, que hoje determina com extraordinário poder de constrictão, e talvez continuará a determinar, até que não seja consumado o último quintal de carvão fóssil, o estilo de vida de cada indivíduo, que nasce nesta engrenagem. [...] “Mas o destino fez do manto uma jaula de aço.” (p. 305). E na página seguinte afirma: “Ninguém sabe ainda quem no futuro viverá nessa jaula e se no final deste enorme desenvolvimento surgirão novos profetas ou o renascimento de antigos – pensamentos e ideais”. (p. 306)



palavra: ‘Especialistas sem inteligência, gozadores sem coração: este nada imagina ter subido a um grau de civilização jamais antes alcançado’”.(WEBER, 1965, p. 306)

Mas já Marx falara com acentos de admiração e de entusiasmo das novas possibilidades técnicas e produtivas, no *Manifesto do Partido Comunista*, (apud BERMAN, 1988, p. 90-93)² ao mesmo tempo em que denunciava a exploração e a opressão da classe trabalhadora por parte da emergente burguesia industrial. Uma terra de igualdade e de justiça ainda deveria ser conquistada e o esforço para analisar a sociedade com o rigor da ciência parecia a tarefa indispensável para alcançar esse objetivo.

A paz, preservada, com raríssimas e pouco significativas exceções, por um século, de 1814 a 1914, possibilitou a expansão das finanças e do mercado capitalista e parecia confirmar a expectativa de um crescimento socioeconômico e político, linear e indefinido.(POLANYI, 2000) Tratava-se apenas de vencer a ignorância através da educação e de eliminar as superstições que mantinham as pessoas amarradas a tradições estereis.

Um eco da grandiosidade das visões e das expectativas geradas nesse período e, ao mesmo tempo, do drama que se vinha delineando, pode ser reconhecido no Fausto (GOETHE, 1997, p. 419-429) obras grandiosas são realizadas, diques são construídos, já é possível remover montanhas e para isso não é necessária a fé. Planos audaciosos são executados com trabalho febril e todos os obstáculos são removidos para alcançar os objetivos propostos. Um casal de velhos camponeses, Filemon e Baucis, habita uma casinha nas dunas, ao lado de uma capela com um pequeno sino. Eles representam o mundo antigo, são inocentes e movidos pelos ideais cristãos da hospitalidade e da generosidade, mas, com seu apego ao antigo estilo de vida, põem limites à expansão do poder de Fausto. Eles não aceitam vender sua propriedade. A casa, então, é incendiada e os velhos são mortos. Mefistófeles se encarrega de eliminá-los. Os antigos valores inexoravelmente desaparecem diante do progresso técnico e científico, que parece irrefreável. O que, no entanto, de início tinha o aspecto de uma esperada libertação, começa a mostrar seu rosto de opressão, de violência e de sangue. A razão não deve superar somente a ignorância e a superstição, consideradas legados do passado, mas deve desvendar os males que se escondem nas relações sociais modernamente construídas. A cultura tradicional é rejeitada e destinada a ser suplantada pela nova ordem, mas esta não parece isenta de injustiças e violências até maiores das antigas.

CRISE DA RAZÃO

A crise da modernidade (HORKHEIMER e ADORNO, 1976; HUSSERL, 1961; SOLOV'EV, 1988; KUJAWSKI, 1988; GOULDNER, 1973; BUARQUE, 1991; ROUANET, 1993) é um problema teórico que, no entanto, se impõe à atenção por causa dos graves problemas sociais, que emergem como sintomas e como conseqüências.

A Primeira Guerra mundial, com seu lastro de destruição e morte, as épocas dos totalitarismos nazista e estalinista, com sua lógica de opressão e negação da dignidade humana como jamais se tinha visto (ARENDRT: 1989), a Segunda Guerra Mundial e a destruição produzida pelas bombas atômicas, os regimes ditatoriais do Terceiro Mundo, a constante violação dos direitos humanos, o desastre ecológico, a fome de mais de um terço da população

² “A burguesia, em seu reinado de apenas um século, gerou um poder de produção mais massivo e colossal do que todas as gerações anteriores reunidas. [...] O constante revolucionar da produção, a ininterrupta perturbação de todas as relações sociais, a interminável incerteza e agitação distinguem a época burguesa de todas as épocas anteriores. Todas as relações fixas imobilizadas, com sua aura de idéias e opiniões veneráveis, são descartadas, todas as novas relações, recém-formadas, se tornam obsoletas antes que se ossifiquem. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens”.



mundial, a massa de excluídos nos próprios países ricos, a extensão do comércio de armas e o narcotráfico, a crise do mundo socialista constituem um chamado de atenção a respeito da “crise da modernidade” (TOURAINÉ, 1994; LYOTARD, 1984), sintomas que apontam para a crise da razão. Nota-se, desde logo, que esses elementos de crise da modernidade não têm suas origens nas áreas “atrasadas” do mundo, nos setores que ainda não são modernos, pelo contrário, especialmente no caso da produção das armas e da devastação ecológica, é exatamente a parte mais avançada da sociedade moderna, que tem a maior responsabilidade.

Realizou-se um grande desenvolvimento nos domínios das ciências e da técnica, mas o esforço para dominar a natureza e a história acabou conduzindo a razão a servir o poder: econômico, militar, político e ideológico. Tendo abandonado as exigências elementares como ponto de referência para a sua atividade, restou à razão colocar-se a serviço do poder e do mercado (PETRINI, 2003a, p. 25-56). Grandes potências políticas e militares entraram em colapso por causa do mercado e diversas economias nacionais foram conduzidas à bancarrota pelos jogos especulativos do mercado. Mas seu poder maior manifesta-se na capacidade de introduzir nas relações humanas, isto é, no tecido fino das relações quotidianas, os critérios, os valores, os métodos próprios do mercado, que sinteticamente indicamos como intercâmbio de equivalentes. O cálculo da conveniência foi reduzindo não somente os espaços da gratuidade mas a própria abertura da razão, que passou a ignorar a busca da felicidade e dos significados, aplicando-se à produção do lucro e do poder.

A Escola de Frankfurt elaborou a crítica mais consistente à razão de matriz iluminista, explicando as causas da sua crise. A expressão “*razão instrumental*” usada por Horkheimer e Adorno em 1946 (HORKHEIMER e ADORNO, 1976), entrou na linguagem acadêmica e, depois disso, muitos autores dedicaram-se ao estudo da razão e da sua incapacidade de dar conta, numa sociedade complexa como a moderna, de todos os fatores da realidade. Nessa mesma linha Horkheimer em 1976 escreveu “*A eclipse da razão*”.

A sociedade moderna, então, não entra em crise por um excesso de racionalidade, que tornaria árida a convivência social, devendo-se dar mais espaço ao sentimento para equilibrar a situação. A sociedade moderna entra em crise por uma carência da razão, que não é mais capaz de dar conta de todos os fatores da realidade, de orientar suas conquistas para responder às exigências humanas. Com efeito, a razão não mais compara seus produtos com as exigências elementares do ser humano, com as exigências de liberdade, justiça, verdade, felicidade, e sim com as exigências do mercado, isto é, do lucro e do poder.

A BANALIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA

O abandono do interesse pelo significado da existência conduziu, inevitavelmente, a uma visão banal de toda a realidade e isto abriu as portas para graus antes desconhecido de violência, especialmente nos centros urbanos. É significativo dessa postura o que afirma Dewey, (1930, p. 529) “abandonar a busca da realidade, do valor absoluto e imutável pode parecer um sacrifício, mas esta renúncia é condição para empenhar-se em uma vocação mais vital”, a saber, empenhar-se na solução de problemas práticos e técnicos e na procura de valores compartilhados por todos. A necessidade de direcionar as energias para expandir a tecnologia convergiu com a secular tendência a combater a metafísica e a ignorar qualquer aspecto da realidade que pudesse remeter a algum mistério transcendente. Limitar o interesse da realidade aos aspectos que podem ser compreendidos pela razão científica e manipulados pela capacidade técnica teve como consequência a coincidência do horizonte do conhecimento com o horizonte do mercado, isto é, do cálculo, da utilidade, do poder.

Desenvolve-se, então, na cultura dominante, um processo de banalização pelo qual tudo tende a ser reduzido em seu significado, vulgarizado. E verifica-se uma desvalorização da vida

semelhante à descrita por Arendt, ao falar do totalitarismo e, particularmente, da figura de Eichmann (ARENDR, 1999). A sua obra, apesar de dedicada ao estudo do nazismo, ilumina a problemática aqui proposta. Não se pretende afirmar que haja semelhanças entre o governo nazista e as modernas democracias. As liberdades democráticas e as conquistas da cidadania constituem ganhos efetivos na maneira de conviver em sociedade. Todavia há aspectos do cotidiano, na pluralidade de orientações éticas, estéticas e intelectuais, que apresentam alguns pontos de contato com a interpretação do mal elaborada por Arendt, especialmente no que diz respeito à sua banalidade e à superfluidade do ser humano. Trata-se de aspectos do moderno niilismo (VOLPI, 1996). Em *Origens do totalitarismo*, Arendt afirma: “Pode-se dizer que esse mal radical surgiu em relação a um sistema no qual todos os homens se tornaram supérfluos. Os que manipulam esse sistema acreditam na própria superfluidade tanto quanto na de todos os outros” (ARENDR, 1989, p. 510).

Ao comentar o julgamento do criminoso nazista Eichmann, Arendt fez questão de afastar a hipótese de que ele fosse um monstro, um sádico, ou um carrasco. Antes, o descreveu como caracterizado por uma “terrificante superficialidade”, um indivíduo banal. No epílogo de sua obra, ela afirma: “É claro que teria sido muito reconfortante acreditar que Eichmann era um monstro. [...] O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem perversos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais (ARENDR, 1999: p. 299).

O que é dito de Eichmann se aplica às massas. Estas são vistas como desenraizadas, desorientadas, o mundo à sua volta parece incompreensível, sem sentido. O poder explora o desejo que as massas têm de escapar da realidade, contribui para empobrecer o senso crítico e inibe a possibilidade de aderir ao real. Um comentário à obra de Arendt sobre a banalidade do mal, sintetiza alguns pontos interessantes: “O objetivo do movimento totalitário é eliminar a capacidade de distinguir a verdade da falsidade, a realidade da ficção, ou seja, abolir a capacidade de ‘sentir em comum e pensar por si mesmo’ ” (SOUKI, 1998, p. 127).

É através da desvalorização do senso comum (o senso do real) que o ‘vazio de pensamento’ se torna realidade. A banalidade do mal é a resultante dessas circunstâncias e é hoje muito presente.

NIILISMO, ÚLTIMA ETAPA DE UM ITINERÁRIO

A perspectiva otimista da cultura do século XIX, alimentada pelo avanço do conhecimento científico e suas maravilhosas conquistas e pelo hegelismo que parecia divinizar o homem e a história, encontrou uma crítica impiedosa na filosofia de Nietzsche. Ele mostrou que o projeto do racionalismo ocidental constituía uma monumental mentira. Recusou uma racionalidade arrogante e uma moralidade abstrata e negadora da vida, que identificava com o cristianismo, nas formas por ele conhecidas no ambiente familiar, durante a infância e a adolescência. A civilização ocidental já tinha concluído o percurso que conduzia ao niilismo, mas não sabia sustentar o peso das conseqüências. Será Nietzsche a anunciar: “*Deus está morto! Nós o matamos*”. O super homem será capaz de sustentar a falta de sentido e de afirmar a própria vontade de potência, na opção por uma autonomia que luta com Deus, entendido como antagonista e inimigo do homem.

Nietzsche anuncia o fim da racionalidade entendida como reflexo da verdade das coisas. Ao pensamento ele atribui apenas a tarefa de ser “*escola da suspeita*”, tensão para desvelar, atrás de conceitos universais, a máscara de interesses particulares. Renuncia-se, nessa perspectiva, à visão clássica da razão como abertura ao ser e como capacidade de elucidar a natureza das coisas. Isto torna impossível o acesso a certezas indubitáveis. A verdade, então, não mais se apresenta como a manifestação da evidência do ser à subjetividade, mas como um produto da



“vontade de potência”. “O problema da verdade transforma-se assim em problema de forças”(Cf. BARTH, 1971, p. 262).

Nietzsche faz também uma crítica radical da moral, os valores são o resultado de uma produção do homem, é preciso destruir a moral para libertar a vida. Os valores passam por um processo de “transmutação”. “*O que é bom?*”, pergunta Nietzsche, respondendo em seguida: “Tudo o que intensifica no homem o sentimento de potência, a vontade de potência, a própria potência. O que é mal? Tudo o que provém da fraqueza”. [...] “É por puro preconceito moral que atribuímos maior valor à verdade do que à falsidade”. Ponto de chegada dessa postura só poderia ser um niilismo radical: “falta o fim, falta a resposta, o por quê, [...] o devir não tem em vista nada, não se alcança nada. [...] O mundo é uma realidade destituída de sentido e de valor” (apud MACHADO, 1999, p. 78).

Na mesma perspectiva, pode-se ler em Malraux (1926, p. 216): “Não há ideal ao qual possamos sacrificar-nos, porque de todos nós conhecemos as mentiras, nós que não sabemos o que é a verdade”. Pouco depois, Hannah Arendt faz eco a esta percepção da realidade: “O aspecto mais surpreendente e desconcertante [...] é o hábito de tratar os fatos como se fossem meras opiniões [...] Todos os fatos podem ser mudados e todas as mentiras tornadas verdadeiras. [...] Nos deparamos com a incapacidade ou a indisponibilidade a distinguir entre fatos e opiniões” (ARENDRT, 2003, p. 25-26).

A expressão do niilismo na cultura atual tem menos a forma de uma elaboração filosófica. Hoje, estamos diante de um niilismo não mais trágico como o de Nietzsche e sim *soft*, que não considera a pergunta a respeito do significado e a substitui com uma consideração banal da realidade. A cultura de massa especializou-se em oferecer produtos cuja principal marca é a superficialidade, juntamente com certa retórica da vulgaridade. Impossível não reconhecer, na esteira de Hannah Arendt (1999), uma conexão entre a cultura da banalidade e o crescimento vertiginoso da violência urbana, especialmente na última década.

UMA MUTAÇÃO ANTROPOLÓGICA

Na etapa inicial da modernidade, a moral cristã era considerada funcional aos interesses do capitalismo emergente, garantindo o respeito e a aceitação das normas que regulamentavam a convivência social. Num segundo momento, a moral cristã parecia apresentar mais problemas do que soluções para uma sociedade que necessitava de outros valores e de outros direitos, quase sempre divergentes dos consolidados na tradição cristã. Assim, o cristianismo deixou de ser funcional ao moderno processo produtivo.

Em poucas décadas, sob o efeito de diversos fatores convergentes, tais como a revolução sexual, a difusão da cultura de massa e a influência dos meios de comunicação social, as possibilidades oferecidas pela manipulação genética, as mudanças na organização da produção, com o advento da informatização e a automação dos processos produtivos e com a prevalência no mercado do capital especulativo “volátil”, de alta rentabilidade, configurou-se um cenário cultural e social no qual floresce uma imagem de homem e de mulher radicalmente diferentes dos anteriores. Alguns autores falam de uma “mutação antropológica” (SCOLA: 1999, p.316), isto é, de uma visão alternativa e global do homem e de todos os aspectos mais profundos da sua existência. Nesse quadro, o matrimônio e a família perdem significado.

A vida e a morte não são mais compreendidas como um mistério inviolável e inegociável, passando a ser submetidas à aprovação da maioria ou ao arbítrio do indivíduo. A vida humana que começa e a que termina, dentro dessa visão, pode ser suprimida, sempre que os interesses em jogo assim o preferirem. O embrião não passa de aglomerado de células, podendo ser submetido a qualquer tipo de manipulação. O corpo reduz-se a instrumento de trabalho e de lazer, perdendo outras dimensões.



MUDANÇAS FAMILIARES

A família participa dos dinamismos próprios das relações sociais e sofre as influências do contexto político econômico e cultural no qual está imersa. Manuel Castells, no seu trabalho sobre o poder das identidades, dedica um longo capítulo para falar da crise do patriarcado, entendido como “enfraquecimento de um modelo de família baseado no estável exercício da autoridade/domínio do varão adulto, seu chefe, sobre a família inteira” (CASTELLS, 2003, p. 151). Através de uma ampla documentação, fala do aumento das taxas de separação e divórcio, do declínio das curvas de longevidade matrimonial, da queda das taxas de fertilidade e de outros indicadores de mudanças em curso na família moderna. Em seguida o autor analisa a entrada da mulher no mercado de trabalho, em prevalência extra-doméstico, como um instrumento de independência que possibilitou muitas mudanças na condição feminina. Outro tema amplamente tratado é o das organizações feministas, entendidas “como movimentos para a transformação social contra o patriarcado” que passa através da re-definição da identidade da mulher (p. 190-191), sem deixar de mencionar os movimentos de libertação lésbico e *gay*.

Em seguida, Castells observa que “a crise do patriarcado, induzida pela interação entre capitalismo informatizado e movimentos sociais pela identidade feminista e sexual, manifesta-se na crescente variedade de modos nos quais as pessoas escolhem conviver e criar as crianças.” (p. 241). As mudanças atingem simultaneamente os aspectos institucionais da realidade familiar bem como as identidades pessoais e as esferas mais íntimas dos indivíduos. Nesse sentido, Castells observa que “ao nível dos valores sociais, a sexualidade torna-se uma necessidade pessoal que não deve necessariamente ser canalizada e institucionalizada para o interior da família” (p. 261). Por outro lado, a possibilidade de gerar filhos sem o concurso da relação sexual “escancara horizontes inteiramente novos à experimentação social”, dissociando-se, dessa maneira, a reprodução da espécie das funções sociais e pessoais da família (p. 262).

No final, Castells alerta para o fato de que estas mudanças não são necessariamente uma conquista positiva, no sentido de uma melhor qualidade de vida. “Não estamos marchando triunfalmente – afirma ele – rumo à nossa libertação, e caso fossemos persuadidos do contrário, melhor seria considerar onde estes luminosos caminhos acabam por nos conduzir” (p. 264). E juntamente com possibilidades de retrocesso nas conquistas de liberdades já alcançadas, pela reação de movimentos e interesses contrários, indica um obscuro horizonte de convulsão social, quando afirma que o fim da família patriarcal e da mediação realizada pela família entre a dimensão pública e privada abre o caminho à expressão do desejo na forma de uma violência não-instrumental. “Ainda que este desenvolvimento possa parecer libertador, a crise da família patriarcal de fato está cedendo o passo [...] a um transbordar na sociedade de uma violência insensata através dos meandros do desejo mais selvagem, ou seja, da perversão” (p. 263).

Outro autor que procurou compreender as repercussões da modernidade na vida afetiva e familiar é Anthony Giddens. “A modernidade efetivamente envolve a institucionalização da dúvida” afirma ele e, em seguida acrescenta: “[...] as conseqüências desestabilizadoras deste fenômeno se combinam com a circularidade de seu caráter reflexivo para formar um universo de eventos onde o risco e o acaso assumem um novo caráter” (GIDDENS, 1991, p. 175). O mesmo autor, no estudo sobre a transformação da intimidade, afirma: “Um relacionamento puro [...] refere-se a uma situação que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente, para nela permanecerem”. (GIDDENS, 1993, p. 68-69).

Em outras palavras, uma relação amorosa na sociedade moderna é constituída em virtude das vantagens que cada uma das partes pode extrair do relacionamento e sua estabilidade será justificada até quando cada parte considera suficientes os benefícios obtidos. A única coisa que

Giddens parece observar como decisiva é uma espécie de paridade das contas entre dar e receber ou, nas suas próprias palavras: “*igualdade na doação e no recebimento emocionais*” (p. 73).

Se na nossa sociedade tudo deve ser negociado preventivamente, a vida de casal também é submetida a uma crescente negociação. À medida em que prevalecem critérios próprios do mercado (o cálculo das conveniências, a troca de equivalentes), desaparecem do horizonte do quotidiano a experiência da gratuidade e a do acolhimento incondicional.

Verifica-se uma des-institucionalização da família, no sentido de considerá-la como uma realidade privada, relevante apenas para o percurso existencial dos próprios membros. Prevalece a legitimação da família como grupo social expressivo de afetos, emoções e sentimentos, reduzindo-se o seu significado público. Reduz-se, assim, a importância da família como instituição, assentada na dimensão jurídica dos vínculos familiares. Aumentam as separações e os divórcios, os jovens casam mais tarde, em comparação a duas décadas atrás, diminuem também significativamente o número dos casamentos, aumenta o número de famílias reconstituídas, as uniões de fato, as famílias monoparentais e as chefiadas por mulheres (BERQUÓ: 1998, p. 411-438). As tarefas educativas e de socialização são cada vez mais compartilhadas com outras agências, públicas ou privadas (GOLDANI: 1994). As mudanças são de tal magnitude e influenciam de tal maneira a família que esta parecia desaparecer. É dos anos 70 o livro de Cooper (1994), que anunciava “*a morte da família*”.

Na cultura contemporânea, a ruptura do entrelaçamento de amor, sexualidade e procriação tornou-se possível graças à introdução de meios químicos de contracepção e à fecundação artificial. Estes três elementos, que sempre caminharam juntos, se distanciaram, cada um percorrendo um itinerário próprio, distinto dos outros, com conseqüências importantes. Disso procede a mudança mais relevante que se verifica no campo da sexualidade. Nessa nova perspectiva, a sexualidade pode ser vivida sem a abertura à procriação. Este fato retira da sexualidade a característica de ser premissa para constituir uma relação de responsabilidade recíproca, que dure no tempo, capaz de acolher e educar a eventual prole. O exercício da sexualidade perde a exigência de um vínculo estável, em vista de um projeto comum de vida, enquanto conserva o caráter de fonte de prazer. O aspecto lúdico, sempre presente na expressão da sexualidade, acaba por ser a única dimensão que define seu valor, eliminando qualquer responsabilidade da pessoa com o parceiro dos jogos sexuais.

A procriação, por sua vez, separada do exercício da sexualidade e do amor, aproxima-se da atividade produtiva, segundo a lógica do mercado, incluindo a avaliação de custos e benefícios (GRYGIEL: 1996, p. 146). A fecundidade, desligada de uma relação de amor, aparece agora como definida pela decisão individual e pelo acesso à tecnologia sofisticada.

Todavia, reagindo aos condicionamentos externos e, ao mesmo tempo, adaptando-se a eles, a família encontra novas formas de estruturação que, de alguma forma, a reconstituem, sendo reconhecida como uma estrutura básica permanente da experiência humana e social (DONATI: 1998). Multiplicam-se os estudos que documentam como a família gera e administra um capital humano de extraordinária importância, os bens relacionais (DONATI: 1998). Com efeito, medeia as relações entre indivíduos e coletividade, vive e difunde ao seu redor um projeto de vida baseado na solidariedade entre as gerações e na cooperação entre os sexos, ela gera formas comunitárias de vida no território, tornando-se capaz de dar assistência, de modo continuado e eficaz, aos membros idosos, aos deficientes e, de alguma maneira, vulneráveis. Por isso, crescem as políticas públicas que procuram fortalecer a família, para que tenha mais condições de desempenhar funções educativas e de amparo.

Nesse ambiente, a nupcialidade, isto é, o dom recíproco de si vivido por um casal que elabora um projeto comum de vida, destinado a durar no tempo, aberto para procriar filhos e educá-los, (PETRINI, 2003b) poderá ser vivida só como conseqüência de uma livre decisão, que nasce da compreensão de sua importância para a realização da pessoa. Não será mais um conjunto de circunstâncias biológicas, históricas e culturais que poderá induzir as pessoas a



viverem a sexualidade no horizonte do amor nupcial, mas uma livre decisão, movida por uma autoconsciência capaz de escolher o que reconhece como verdade e como bem.

A mudança que mais documenta a transformação da intimidade e sintetiza as conseqüências de outras mudanças sociais e culturais é a relação ocasional. Ela caracteriza-se pelo exercício de uma sexualidade que tende a não criar vínculos, a não ser momentâneos. Considera-se ocasional uma relação que não se torna projeto comum de vida, não está aberto à procriação, não gera algum tipo de vínculo. Difunde-se uma sensibilidade que considera qualquer vínculo como uma amarra mortificante. A fragmentação da pessoa, típica da cultura contemporânea, facilita a prevalência de interesses parciais nos relacionamentos.

As relações entre um homem e uma mulher, que se definem como ocasionais, caracterizam-se pela parcialidade: do outro interessa apenas um pormenor, por uma porção limitada de tempo. A parcialidade, que ignora o outro no seu significado pessoal e o reduz a instrumento do próprio interesse, descreve o contexto no qual surgem os abusos e as violências sexuais. Estes também constituem relações ocasionais, nas quais a parcialidade do interesse pela outra pessoa alcança o limite máximo e esta parcialidade explode em violência.

CONCLUSÕES

Na variação de modelos familiares que se sucedem e se misturam no tempo, uma característica permanente das relações da intimidade, indispensável para a continuidade do processo civilizatório é a cooperação entre os sexos e entre as gerações. Das mudanças observadas e brevemente descritas, algumas são irrenunciáveis, como definitivas conquistas do espírito humano, porque ampliam o espaço da liberdade, realizam relações mais igualitárias, correspondem às exigências de realização das pessoas envolvidas. Outras mudanças correspondem aos interesses do poder político, especialmente das grandes potências, que aspiram a redesenhar o perfil populacional dos países que estão sob a sua influência, outras correspondem aos interesses do mercado e nascem como fruto de sua lógica que tudo calcula e avalia de acordo com critérios de conveniência e de utilidade. Outras mudanças são fruto de campanhas ideológicas de grupos emergentes. São muitas, então, as novas formas de organizar a intimidade. No contexto de pluralismo religioso, ético e cultural, todas as formas de vivência da intimidade e de arranjos familiares têm direito de cidadania. A concreta experiência humana, que os estudiosos deverão observar e compreender com o rigor da ciência, poderá indicar a qualidade de cada componente deste mosaico em construção, avaliando a capacidade de responder adequadamente às necessidades humanas ao longo do tempo e a capacidade de construir uma sociedade menos agressiva e violenta, mais justa e solidária.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDDT, Hannah. **Archivio 2, 1950-1954**. Milano: Feltrinelli, 2003

BARTH, H. **Verità e Ideologia**. Bologna: Il Mulino, 1971.

- BERMAN Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- BERQUÓ, Elza. Arranjos Familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHAWRCZ, Lilia M. Org. **História da vida privada no Brasil**, v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 411-438.
- BUARQUE, Cristovam. **O colapso da modernidade brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CASTELLS, Manuel. Il potere delle identità. Milano: Università Bocconi Editore, 2003.
- COOPER, David. **A morte da família**. São Paulo, Martins Fontes. 1994.
- DEWEY, John. **The quest for certainty**. London: George Allen & Unwin Ltd., 1930.
- DONATI, Pierpaolo. **Manuale di sociologia della famiglia**. Bari: Laterza, 19998.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1997.
- GOLDANI, A. M. As Famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n. 91, p. 7-22, nov. 1994.
- GOULDNER, Alvin. **La crisis de la sociologia occidental**. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- GRYGIEL, Stanislaw. **Dolce guida e cara**. Saggi antropologici sul femminile. Milano: Ares. 1996.
- HORKHEIMER Max. **Eclipse da Razão**. Rio de Janeiro: Labor, 1976.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. **Dialettica dell'Illuminismo**. Torino: Einaudi, 1976.
- HUSSERL, Edmund. **La crisi delle scienze europee e la fenomenologia trascendentale**. Milano: Il Saggiatore, 1961.
- KUJAWSKI, Gilberto. **A crise do século XX**. São Paulo, Ática, 1988.
- LYOTARD, Jean François. **The Posmodern Condition: a report on Knowledge**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.
- MACHADO, R. **Nietzsche e a verdade**. Rio de Janeiro: Rocca, 1999.
- MALRAUX, A. **La tentation de l'Occident**. Paris : Bernard Grasset, 1926.



PETRINI, João Carlos. **Pós-Modernidade e Família**. Bauru: Edusc, 2003a.

PETRINI, Giancarlo. Appunti sul concetto di nuzialità. In: MARENGO, G e OGNIBENI, B. (a cura di). **Dialoghi sul Mistero Nuziale**. Roma: Lateran University Press, 2003b, p. 285-297.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000. (A primeira edição é de 1944).

ROUANET, Sergio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOLA, Angelo. Il Disegno di Dio sulla persona, sul matrimonio e sulla famiglia. **Anthopotes**, v. 15, n. 2, 1999.

SOLOV'ËV, Vladimir. **La crisi della filosofia occidentale e altri scritti**. Milano: La casa di Matriona, 1988.

SOUKI, Nádia. **Hannah Arendt e a banalidade do mal**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

VOLPI, Franco. **Il Nichilismo**. Bari: Laterza, 1996.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Firenze: Sansoni, 1965.

WEBER Max. **Economia e Societá**. Milano: Ed. Comunità, 5 vols, 1980,